

CONDIÇÕES NATURAIS E SISTEMAS DE EXPLORAÇÃO DA TERRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO (*)

MANUEL CORREIA DE ANDRADE
(Sócio Efetivo da A. G. B.)

Comunicação apresentada ao "Colloque International sur Les Problèmes Agraires des Amériques Latines" reunido em Paris, em outubro de 1965, sob o patrocínio do Centre National de la Recherche Scientifique e sob a direção do Prof. Pierre MONBEIG

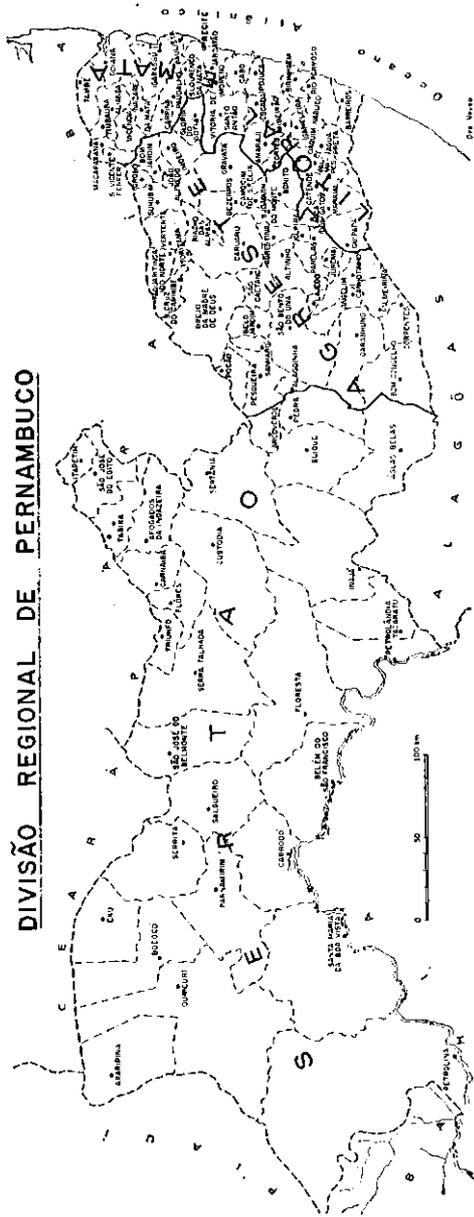
I — INTRODUÇÃO

O Estado de Pernambuco é um dos vinte e dois Estados que formam a Federação brasileira e ocupa uma estreita faixa de terra, que se estende, no Nordeste do país, em direção Leste-Oeste. Ele tem pouco mais de 98.000 quilômetros quadrados de superfície (Mapa anexo).

Em consequência de sua posição geográfica ele apresenta três regiões naturais distintas: a Mata, o Agreste e o Sertão.

A Mata é a faixa de terra próxima ao Litoral onde domina o clima quente e úmido, no qual existem duas estações bem definidas, o "inverno", estação das chuvas que se estende de março a setembro e o "verão" ou estio que se estende de outubro a fevereiro. A existência de uma prolongada estação chuvosa, a ocorrência de chuvas convectivas no estio, sobretudo em dezembro e em fevereiro e de média pluviométrica anual superior a 1.500mm — em alguns pontos superior até a 2.000mm — permitiram que aí se desenvolvesse antes da colonização, uma densa exuberante floresta tropical. Daí chamar-se a região de "Mata", ou região de floresta. A floresta foi destruída a partir do século XVI com a colonização portuguesa e substituída por plantações de cana-de-açúcar. Este sistema de exploração permitiu um intenso povoamento da região a ponto de nela viverem hoje mais de 2 milhões de habitantes, ou seja 52% da população do Estado. Isto apesar da região

(*) — Trabalho entregue em outubro de 1966.



possuir menos de 12.000 km² correspondendo a pouco mais de 10% da área territorial de Pernambuco (Foto n.º 1).

O Agreste, região de transição entre a Mata úmida e o Sertão semi-árido, se diferencia da primeira quanto ao relevo e ao clima. Esta região compreende cerca de 18.000 Km² de terras que se estendem sobre o Planalto da Borborema, sobre as cristas no mesmo existentes em suas encostas. Tem assim um relevo acidentado. Quanto ao clima apresenta temperaturas atenuadas pela altitude e bem mais modestas médias pluviométricas anuais — oscilam entre 500 e 1.000 mm. A estação das chuvas coincide com a da Mata mas tem menor duração. Foi povoada em função da pecuária e, após utilizada pela cultura do algodão, abrigando hoje mais de 30% da população do Estado embora corresponda a menos de 20% da extensão do mesmo (Foto n.º 2).

O Sertão, que compreende cerca de 70% da superfície de Pernambuco, compreende as terras mais ocidentais, mais distantes do Oceano. Forma um amplo peneplano que é circundado ao Norte por cristas elevadas, de 900 a 1.000 metros de altitude, e que desce ao Sul, nas margens do rio São Francisco até os 300 e 400 metros. Possui um clima quente e semi-árido — as chuvas são deficientes (em geral menos de 600 mm. por ano), mal distribuídas e caem sempre no verão em forma de pesados aguaceiros. Domina uma vegetação pouco densa, e adaptada às condições climáticas, conhecida pela denominação indígena de caatinga, ou mata branca, rala. É a região da pecuária extensiva onde vive uma pequena parcela da população do Estado (Foto n.º 3).

Assim, cada uma destas regiões apresenta condições naturais bem definidas que exercem e exerceram influência sensível sobre o povoamento e a forma de exploração da terra. Por isto e para que haja uma maior compreensão dos problemas da população e dos sistemas de exploração da terra, dividimos a nossa comunicação em três partes, correspondendo cada uma a uma região. Esperamos assim, despretenciosamente, dar uma contribuição ao conhecimento dos problemas agrários do importante Estado brasileiro e contribuir para um maior conhecimento da realidade latino-americana.

II — O LITORAL E A MATA

Se utilizarmos os dados fornecidos pelo Censo Econômico de 1960 — Tabela n.º I — observaremos como na região do Litoral e Mata domina de forma absoluta o grande estabelecimento, dedicado quase sempre à produção de açúcar.



Foto n.º 1 — Aspecto da região da Mata, vendo-se a encosta cultivada com cana de açúcar e o tópo recoberto pela floresta.
Foto M. C. Andrade



Foto n.º 2 — Paisagem do Agreste, vendo-se a demarcação de pequenas e médias propriedades feitas por cercas de aveloz (Planalto dos Garanhuns).
Foto M. C. Andrade

TABELA N.º I

Classificação dos estabelecimentos agrários

Tipos de estabelecimento	Número	Extensão ocupada (ha.)
Menos de 10 ha.	21.007	54.063
De 10 a 100 ha.	2.387	61.744
De 100 a 1.000 ha.	1.729	665.698
De mais de 1.000 ha.	161	239.861

É significativo que os grandes estabelecimentos com mais de 1.000 hectares correspondam a 0,59% do total e ocupem 23,5% da área. Assim, 161 estabelecimentos dispõem de quase um quarto da área apropriada. Os estabelecimentos com extensão oscilando entre 100 e 1.000 hectares correspondem a 6,84% do total, mas ocupam 65,18% da área. Os pequenos e médios, com extensão entre 10 e 100 hectares correspondem a 9,44% do total mas ocupam apenas 6,4% da área enquanto os muito pequenos, de menos de 10 hectares, correspondem a mais de 83% do total e se estendem por 5,3% da área. Assim a quase totalidade dos estabelecimentos ocupa uma ínfima porção da região.

Para compreendermos como as terras são exploradas — utilizando dados estatísticos de 1950 por não dispormos ainda dos de 1960 — passamos a analisar como se distribuem nas mesmas, as lavouras.

Comparando-se a área regional cultivada (1.024.485 ha.) com a cultivada com cana de açúcar (173.737 ha.), observa-se como esta cultura ocupa largas porções da região (16,9%). Isto porque na região do Litoral e Mata apenas 234.928 ha. (23%) estavam ocupados pelas várias culturas em 1956 e 139.524 ha. eram ocupadas por pastagens naturais e artificiais em 1950 (15,4%).

Assim sendo, a atividade agro-pecuária ocuparia apenas 30,5% da extensão territorial da região enquanto os 69,5% restantes seriam destinados às áreas das cidades e vilas, sédes de engenhos, usinas e sítios, lavouras sem expressão econômica e por isto não computadas nas estatísticas, matas, capoeiras, rios, alagados e terras em descanso de vez que ainda se usa de forma generalizada, até mesmo nas áreas de usinas, a rotação de terras. Deve-se levar em consideração também que grande parte das pastagens está na dependência direta da cana de açúcar, de vez que são poucas as propriedades localizadas na Região da Mata que se dedicam exclusivamente à pecuária (220 estabelecimentos em 25.274, em 1950), e a maioria das pastagens é destinada à alimentação de animais —

bois de trabalho, burros e cavalos — indispensáveis à agro-indústria do açúcar. Também certas lavouras como a mandioca, o milho, o feijão, a fava, etc. são cultivadas por moradores de engenhos e usinas visando o próprio abastecimento.

Fazendo-se uma tabela comparativa observaremos que as principais culturas regionais assim se distribuem:

TABELA N.º II

Área ocupada pelas várias culturas na Região do Litoral e Mata de Pernambuco

Culturas	Área cultivada com cada cultura (ha)	Porcentagem em relação ao total da área cultivada
Cana-de-açúcar	173.737	73,0
Mandioca	22.077	9,0
Milho	9.286	3,9
Côco-da-Bahia	7.781	3,3
Café	6.494	2,7
Feijão	4.126	1,7
Banana	3.366	1,4
Algodão	2.917	1,2
Batata doce	2.272	0,9
Outros produtos	2.689	1,1

Observa-se assim o completo domínio da cultura canavieira na região e é pena não dispormos de dados estatísticos que nos indiquem a extensão das propriedades pertencentes aos engenhos e usinas de açúcar para comprarmos às das propriedades destinadas a outros mistéres. A cultura de cana continua a se expandir a ponto de, em 1959, ocupar em todo o Estado 216.739 ha. dos quais, 90% aproximadamente, na região do Litoral e Mata (Foto n.º 4).

A agro-indústria do açúcar é a atividade econômica dominante na região e no Estado desde a colonização, desde o século XVI. Introduzida no início da colonização, teve sua expansão animada pelo próprio donatário — Duarte Coelho — graças às condições de clima e de solo favoráveis, assim como às facilidades de penetração do açúcar no mercado europeu e ao financiamento conseguido de capitalistas reinóis.

Os processos e métodos usados na cultura da cana, apesar dos baixos rendimentos, são os mais avançados da agricultura nordestina de vez que a cana-de-açúcar é a cultura comercial, por excelência, do Estado.



Foto n.º 3 — Paisagem sertaneja, ao Oeste da cidade de Arcoverde.
Foto M. C. Andrade



Foto n.º 4 — Aspecto do corte de cana, no vale do Siriji, porção Nor-
te da Região do Litoral e Mata de Pernambuco.
Foto M. C. Andrade

O investimento do proprietário é elevado de vez que uma "planta de cana" necessita de cinco a seis limpas e quanto às socas levam de duas a três. Os canaviais são sempre adubados com matéria orgânica — estêrco de animais, torta de filtro prensil, etc. — e adubos químicos — nitrato, potássio e fósforo.

O número de braços empregado pela agro-indústria do açúcar é muito numeroso, se levarmos em conta tanto o trabalhador rural como o industrial. Este número é consideravelmente elevado durante a safra, dando margem a que, no verão, grande parte da população ativa masculina do Agreste e do Sertão se transfira para a zona canavieira. Estes trabalhadores regressarão aos seus lares, a fim de fundar seus roçados, no Agreste e no Sertão, quando, em março ou abril, começarem a cair as primeiras chuvas.

Apesar de ser o rendimento agrícola médio do Estado muito baixo — pouco mais de 40 toneladas de cana por hectare — garante a Pernambuco uma produção média de 700 a 800 mil toneladas de açúcar em suas usinas.

O côco-da-Bahia é cultivado sobretudo na área litorânea, nas praias de areia e restingas localizadas a beira-mar. Às vezes ele se estende um pouco mais para o interior, quando os solos silicosos cobrem a superfície da formação barreiras, como ocorre no engenho Ubu, em Goiana, embora apresentando uma menor produtividade. A concentração dos coqueirais no litoral é tal que 93% da área cultivada com esta palmeira no Estado de Pernambuco se acha na região ora em estudo sendo Goiana, Igarassu, Paulista, Rio Formoso e Recife os municípios que apresentam maior produção. Como na zona canavieira, também aqui, domina o latifúndio e a monocultura. O fato é que o coqueiral só começa a produzir seis ou sete anos após o plantio impedindo assim o pequeno proprietário que não tem capitais e necessita de rendas imediatas, de cultivá-lo. Uma vez plantado porém, o coqueiral dá um rendimento econômico apreciável de vez que produz safras trimestrais e não necessita de maiores cuidados.

Nas imediações das povoações praieiras, porém os latifúndios primitivos já foram divididos por sucessivos inventários e são encontradas pequenas propriedades com coqueirais. Uma circunstância que vale salientar é que na área desta cultura a planta tem valor superior à terra, daí ser o valor das propriedades estabelecido não pelo número de hectares que possui mas pelo número de palmeiras.

Ainda há, na região do Litoral e Mata, outras culturas que têm expressão econômica e que se destinam quase só ao abastecimento da própria área produtora como se pode observar na Tabela n.º III.

TABELA N.º III

Relação entre a área ocupada por certas culturas na Região do Litoral e Mata e no Estado de Pernambuco

Cultura	Área cultivada (ha)		Porcentagem (%) da região em relação ao Estado
	Litoral e Mata	Pernambuco	
Abacaxi	420	2.523	18
Banana	3.366	8.345	40
Batata doce	2.273	8.619	26
Café	6.494	41.095	15
Feijão	4.126	116.146	3
Laranja	799	1.895	37
Mandioca	22.077	122.915	18

As áreas de cultura de abacaxi, são principalmente os tabuleiros e "chãs" arenosos do També, enquanto a banana é cultura importante nos municípios que se estendem pelas encostas úmidas com solo de "barro vermelho" (argila vermelha) da Borborema, como Maraiá, Quipapá, Timbaúba, Vicência e São Vicente Ferrer; a laranja é cultivada sobretudo nas chãs de Aliança, Nazaré da Mata e Pau d'Alho.

A batata doce, o feijão e a mandioca são produtos de pouca expressão na Região do Litoral e Mata.

Quanto ao café, é ele cultivado sobretudo no Agreste em zona de altitude encontrando-se as áreas de melhor produção nos municípios e distritos localizados entre os 600 e os 1.000 metros de altitude, quando expostos aos ventos úmidos do Oceano Atlântico, nas regiões chamadas "brejos". Sua cultura nos últimos anos está em decadência. Aí se obtêm produto de superior qualidade, tipo 3 e 4 e, por isso, destinado à exportação para o mercado europeu, o qual corresponde a aproximadamente 25% da produção pernambucana. O café inferior, que não pode ser classificado nos tipos de exportação é vendido para os Estados vizinhos e consumido no interior e na Capital pernambucana ao mesmo tempo que se importa café espírito-santense, baiano, mineiro e paulista de inferior qualidade para atender ao nosso consumo. Os cafêzais do Estado, como salientamos, se localizam nos brejos agrestinos, mas 15% da área estadual desta cultura expande-se pelos municípios da Mata, situados nas encostas da Borborema, entre os quais se sobressaem Bonito, Quipapá, Macaparana e São Vicente Ferrer.

III — O AGRESTE

No Agreste observa-se uma concentração fundiária menos expressiva que no Litoral e Mata, embora esta ainda seja importante nos municípios em que domina a atividade pecuária e naqueles em que tem expressão uma cultura destinada à exportação como a do café e a do algodão, conforme se observa na Tabela n.º IV.

TABELA N.º IV

Classificação dos estabelecimentos agrários

Estabelecimentos	Número	Extensão (ha.)
Menos de 10 ha.	137.845	365.260
De 10 a 100 ha.	18.425	474.647
De 100 a 1.000 ha	1.756	432.855
Mais de 1.000 ha.	46	93.735

Observa-se aí que os estabelecimentos muito grandes, de mais de 1.000 hectares, correspondem apenas a 0,29% do total mas ocupam 6,86% da área. Os estabelecimentos com mais de 100 e menos de 1.000 hectares correspondem a 1,11% do total mas ocupam 51,68% da área, enquanto os com extensão superior a 10 e inferior a 100 hectares correspondem a 11,65% do total e ocupam 34,73% da área ao mesmo tempo em que as pequenas, de menos de 10 hectares, correspondem a 87,19% do total estendendo-se por apenas 26,19% da área.

Quanto às atividades econômicas se observa um maior equilíbrio entre a agricultura e a pecuária e uma maior diversificação da atividade agrícola que na região do Litoral e Mata. Daí considerarmos o Agreste como a região chave para o abastecimento do Recife.

Também a utilização da terra é feita com mais intensidade que na região do Litoral e Mata de vez que as pastagens ocupavam em 1950, 23,3% da superfície total, enquanto a agricultura ocupava em 1956, 21% da mesma. A área utilizada corresponde, assim, a cerca de 43,3% da superfície total, isso se abstrairmos, como fizemos no estudo da região anterior, o fato de muitas culturas serem feitas em associação. Restariam 56,7% do território para as culturas não computadas nas estatísticas, matas, capoeiras, rios, lagos, áreas ocupadas por habitações dispersas, cidades, vilas e terras em descanso.

Se estudarmos a distribuição das culturas principais e as áreas ocupadas por cada uma delas, veremos que não há aqui uma dominante, mas um certo equilíbrio entre a área ocupada pelas principais entre elas. A Tabela n.º V comprova esta afirmativa.

TABELA V

Área ocupada pelas várias culturas na Região do Agreste de Pernambuco

Culturas	Área ocupada por cada cultura (ha.)	Porcentagem (%) em relação ao total da área cultivada
Algodão	88.606	22,2
Milho	82.139	20,6
Feijão	68.390	17,1
Mandioca	50.478	12,6
Café	34.228	8,6
Mamona	20.108	5,0
Fava	17.976	4,5
Outras culturas	35.565	8,9

Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco.

Pela tabela acima nota-se que produtos consumidos no próprio Estado como o milho, o feijão e a mandioca são os que ocupam maior área depois do algodão e que um produto cultivado com vistas ao mercado externo — o café — é o quinto em área de expansão, ocupando apenas 8,6% da área agrícola. Não há aqui, como na Região do Litoral e Mata, onde a cana de açúcar ocupa 73% da área agrícola, um produto-rei dominando inteiramente aos demais. Daí uma economia em bases mais democráticas e mais sólida assegurando maior contribuição ao suprimento alimentar do mercado consumidor (Foto n.º 5).

Os sistemas de cultura variam muito conforme o vegetal cultivado. Assim o café e a bananeira, esta de pouca expressão no Agreste, são culturas feitas por proprietários, de vez que permanentes e circunscritas aos brejos de altitude e de vales, devido à umidade. Assim destacam-se como produtores de café os municípios de Garanhuns, Bezerros, Caruaru, Lagôa dos Gatos, Camocim de São Felix, Bom Conselho, Brejo da Madre de Deus e Ta-

quaritinga do Norte que possuem expressivas áreas nas cristas de altitudes superiores a 700 m.

Nas áreas de cafèzais éstes se estendem por grandes, médias e pequenas propriedades (constituindo-se estas o resultado da divisão de grandes e médias propriedades em consequência do regime sucessório) ocupando encostas e chãs.

Os padrões culturais variam consideravelmente de uma para outra área, constatando-se o uso de processos modernos de aduba-



Foto n.º 5 — Mandiocal cultivado em solo muito arenoso e a mais de 750 metros de altitude, no município de Jurema.

Foto M. C. Andrade

ção química e orgânica, processos conservacionistas do solo como cordão de segurança e curvas de nível e preocupação com a produção de cafés finos nas áreas em que domina um padrão econômico e cultural mais elevado entre os proprietários — Garanhuns, Bom Conselho, Correntes e até certo ponto Camocim de São Felix — bem diferente dos padrões das áreas em que dominam os proprietários de nível econômico mais baixo como nos brejos de Caruaru e da Serra dos Ventos, em Belo Jardim. É claro que

técnicas culturais diversas se alternam de uma propriedade para outra, a curta distância em um mesmo brejo. As culturas sempre sequiosas de terras ocupam tôdas as áreas disponíveis cercando cidades e vilas, e até utilizando as ruas de umas e outras como ocorre em Camocim de São Felix, Poço Comprido e São Miguel, como secadores. Os aparelhos de beneficiamento ora se localizam nas fazendas, ora nas cidades o que indica ser o café também vendido em bruto, sendo beneficiado pelos comerciantes e não pelos produtores como ocorre com a cana de açúcar.

Se os grandes e médios proprietários preocupam-se, sobretudo, com a pecuária e as culturas de café e de algodão, desenvolve-se ao lado destas uma série de outras culturas feitas por pequenos proprietários e por agricultores sem terras. O acesso dêstes à terra é feito segundo várias modalidades de relações, que visam da parte do proprietário não só a obtenção de uma renda sem sua participação direta na exploração da terra, como, sobretudo, na procura da obtenção de alimentação suplementar para o gado nos meses mais secos do ano, justamente naqueles em que o gado mais se ressentia da falta de alimentos. Este acesso à terra é obtido de várias formas, algumas tradicionais, outras surgidas modernamente e impostas pela dinâmica de nossa evolução econômica. Podem estas formulas ser enquadradas nos itens abaixo relacionados:

1 — O agricultor recebe a terra em março ou abril, com as primeiras chuvas, e nela cultiva cereais — milho, feijão e fava — e, às vêzes, algodão, que podem ser colhidos, os primeiros até outubro, e o segundo até janeiro, quando a terra é devolvida ao proprietário a fim de que o gado aproveite o restólho das culturas nos meses de janeiro e fevereiro. Como, neste caso, o agricultor não paga nada ao proprietário se diz que “a terra foi dada pela palha”. É a forma tradicional, hoje em vias de desaparecimento devido à valorização dos produtos agrícolas.

2 — O agricultor recebe a terra nas mesmas condições acima especificadas, mas além da palha, paga um “fôro” anual (aluguel). Este aluguel é geralmente pago em dinheiro, mas há casos especiais, como ocorre no município de Limoeiro em que é pago em algodão, à base em que o pagamento é feito em dinheiro o preço do aluguel da “quadra de cinqüenta” oscila muito, conforme a qualidade das terras, a distância dos centros consumidores e a facilidade dos transportes e o número de candidatos aos arrendamentos, observando-se em 1960 uma oscilação que ia de Cr\$ 400 anuais em Poção a Cr\$ 2.000, em Bezerros.

3 — A larga difusão da palma como alimento para o gado criou um nôvo tipo de relação que consiste em o proprietário fornecer ao agricultor a terra e as "raquetes" de palmas. Este se encarrega do plantio e trato da cactácea e pode, sem pagar qualquer aluguel (fôro), intercalar a palma com culturas de milho, feijão, fava e algodão, de vez que aquela é plantada em filas, distanciadas umas das outras de 1,50 x 1,50 m. a 2 x 2 m. Estas culturas intercalares permanecem no palmar de três a quatro anos quando a palma, desenvolvendo-se bastante impede a existência das mesmas.

A organização do crédito e da comercialização dos produtos cria sérios transtornos aos pequenos produtores. Assim o agricultor que necessita de se manter no período que vai do plantio à colheita, não dispondo de créditos bancários, faz empréstimos dos comerciantes da cidade ou vila próxima ou do próprio proprietário — este freqüentemente é também comerciante — a juros extorsivos e quase sempre com o compromisso de lhes vender a produção por preço fixado na ocasião do empréstimo e sempre inferior ao da praça. Na época da colheita, quando o produto é abundante, o preço cai de tal forma que quase sempre não dá ao agricultor o lucro que o compense do trabalho empregado, enquanto o intermediário, armazena o produto e espera a entre-safra, para vendê-lo, por bom preço devido à sua falta no mercado. O intermediário, para realizar este jôgo, de vez que é comerciante e tem crédito bancário, utiliza este crédito em prejuízo do produtor e do consumidor. O aviltamento de preços na época da safra, sobretudo nos anos úmidos chega a ponto de, às vêzes, a farinha não pagar ao agricultor o preço de sua industrialização e, quanto ao feijão, é suficiente citar uma frase que me foi transmitida por comerciante grossista do Recife "basta chegar nesta rua (Tobias Barreto, onde há a concentração do comércio de produtos agrícolas vegetais) uns quinze ou vinte caminhões carregados de feijão em um só dia, para que o comércio entre em pânico, baixando o preço do produto". Está assim o comércio inteiramente em mãos de atravessadores que controlam o preço de aquisição do produto e de vendas ao consumidor, daí auferindo grandes lucros e prejudicando tôda a população.

Destacando-se no Agreste, como produtores de milho os municípios de Canhotinho, São Caetano, Caruaru, São Bento do Una, Bezerros, Limoeiro, e Bom Conselho; como produtores de feijão, Bom Conselho, Caruaru, Lagoa dos Gatos, Sanharó, Belo Jardim, Garanhuns e Surubim; como produtores de fava, os de Bezerros, Caruaru, Glória do Goitá, Lagoa dos Gatos, São Joaquim do Monte, Garanhuns e Bom Conselho; e de batata doce os de Limoeiro, Caruaru e Bom Conselho. Ainda quase tôda a batata inglêsa produ-

zida em Pernambuco (99% da produção) é oriunda do Agreste, destacando-se como produtores os municípios de Garanhuns, São Bento do Una e Caruaru. A produção pernambucana atendia, porém, a apenas 51% do consumo estadual, em 1957.

O Agreste, porém, não se destaca apenas por sua produção agrícola, pois é do ponto de vista da pecuária a região mais importante do Estado. Isto porque abriga 41,6% do rebanho bovino do Estado, enquanto no Sertão, onde predomina o criatório ultra-extensivo, vive apenas 42% do total. Também o Agreste é uma região propriamente de criação de gado de vez que a percentagem de animais de trabalho em relação à população bovina total é de apenas 2,4% enquanto na Região do Litoral e Mata esta percentagem sobe ao alto índice de 40,5% e no Sertão a apenas 3%. Sua lotação é de 24,5 cabeças por km², havendo uma relação de 32 bovinos para cada 100 habitantes (Foto n.º 6).

Em 1957 era a seguinte a relação entre os vários rebanhos existentes no Agreste e o total do Estado de Pernambuco:



Foto n.º 6 — Gado com grande percentagem de sangue Zebu, em fazenda situada nas proximidades de Caruaru.

Foto M. C. Andrade

TABELA N.º VI

Relação entre a população animal do Agreste e de Pernambuco

Espécie de gado	População animal		Porcentagem (%)
	Agreste	Pernambuco	
Bovinos	443.969	1.067.656	41,6
Suínos	252.945	794.392	31,8
Ovinos	151.314	967.642	21,7
Caprinos	218.580	1.509.658	14,5
Equínos	110.285	238.710	46,2
Muare	63.410	190.210	33,3
Asininos	53.020	185.359	24,5

Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco.

No Agreste podemos distinguir três tipos de pecuária bovina: uma visando a produção de leite, outra visando a produção de carne e outra ainda doméstica "de gado de corda". A pecuária leiteira se desenvolve em certas áreas onde há melhores condições naturais e técnicas e é feita ora em regime semi-estabulado ora em regime de campo — neste caso com a produção per capita muito baixa —, sobretudo nos municípios de Garanhuns, S. Bento do Una, Bom Conselho, Sanharó, Alagoinha, Pesqueira, Belo Jardim, Caruaru, Altinho, Limoeiro, Gravatá e trechos do município de Brejo da Madre de Deus.

A criação de gado de corte, mestiço, azebuado (mestiço de *Bos Taurus* de origem européia e *Bos Indicus*, de origem indiana) se estende por quase toda a área agrestina de caatinga, excetuando-se as áreas leiteiras citadas. Sendo o gado criado solto em grandes cercados e até, às vezes, em campo aberto — municípios de Poção, Brejo da Madre de Deus, Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte — são aí preferidos os animais mestiços de sangue zebu com crioulo. O holandês, por ser menos resistente necessita processos pecuários mais avançados. Em certas áreas, devido ao preço elevado ou em ascensão da carne, estão preferindo adquirir animais magros no fim do verão para arração-los e engordá-los à base de palma e de concentrados.

Nas pequenas propriedades agrícolas dos brejos, localizadas nas cristas e nas vertentes Sul e Este do Planalto dos Garanhuns, porém, os agricultores costumam criar animais "na corda", presos, os quais tanto fornecem leite para a família como bezerros que ao apartarem são vendidos para o açougue ou para a recria, complementando o orçamento bem míngua dos agricultores.

IV — O SERTÃO

Quanto à estrutura fundiária, observa-se no Sertão o domínio do grande estabelecimento onde se faz a pecuária extensiva, a cultura de algodão e de alguns cereais de ciclo vegetativo curto. Só nas serras úmidas, nas áreas irrigadas dos açudes e nas margens do rio São Francisco é que a extensão da propriedade diminui e que a agricultura domina economicamente à pecuária, conforme se observa na Tabela n.º VII que se segue.

TABELA N.º VII

Classificação dos estabelecimentos agrários

Tipos de estabelecimento	Número	Extensão ocupada (ha.)
Menos de 10 ha.	41.253	168.525
De 10 a 100 ha.	30.040	986.350
De 100 a 1.000 ha.	3.959	1.621.646
Mais de 1.000 ha.	370	1.110.904

Como se vê na Tabela acima os 370 estabelecimentos de mais de 1.000 hectares correspondem a 0,5% do total mas ocupam cerca de 28,6% da área. Os estabelecimentos com mais de 100 e menos de 1.000 hectares correspondem a 5,2% do total mas ocupam 41,7% da extensão enquanto os com extensão entre 10 e 100 hectares são 59,7% do total e correspondem a apenas 25,4% da área ao passo que os menores de 10 hectares apesar de corresponderem a 54,6% do total ocupam apenas 4,3% da área.

Observa-se, assim, que no Sertão a concentração fundiária é bem maior que no Agreste e equivalente à da Região do Litoral e Mata, de vez que as grandes propriedades — mais de 1.000 hectares — constituem cerca de 0,50% dos estabelecimentos contra 0,29% no Agreste e 0,59% no Litoral e Mata, ocupando no Sertão 28,6% da área, no Agreste apenas 6,9% e no Litoral e Mata 23,5%. Esta concentração sertaneja porém pode ser explicada por uma série de fatores geográficos como: posição, devido às distâncias que o separam dos grandes centros consumidores, as condições climáticas com a acentuada semi-aridez impedindo uma agricultura e uma pecuária de altos rendimentos em áreas extensas; a exiguidade da extensão das áreas úmidas quase sempre com acentuados declives; a pequena extensão das áreas irrigáveis e a baixa densidade demográfica.

Se compararmos a área aproveitada pela agricultura e pecuária com a superfície total da região sertaneja ficaremos impressionados com a pequena extensão da mesma. Convém salientar, ainda, que a área ocupada pela agricultura em 1956, correspondia a uma superfície inferior à ocupada pela pecuária de 1950 ou seja, respectivamente, 343.674 ha. e 462.227 ha.

Dentre as atividades agrícolas as mais importantes eram:

TABELA N.º VIII

Área ocupada pelas várias culturas na Região Sertaneja

Cultura	Área cultivada (ha.)	Porcentagem em relação ao total da área cultivada
Algodão	123.689	35,3
Milho	80.365	22,8
Feijão	53.630	15,2
Mandioca	50.161	14,2
Mamona	26.895	7,6
Outras culturas	18.924	5,3

Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco.

Os processos de cultura da terra no Sertão se assemelham consideravelmente aos usados no Agreste e aí a agricultura se acha quase inteiramente na dependência da pecuária. Poucas são as "ilhas" agrícolas localizadas nas serras, como Triunfo, onde as propriedades são extremamente subdivididas e os proprietários cultivam a cana-de-açúcar visando à produção de rapadura e de aguardente largamente consumidas no Sertão. Ao lado dos pequenos canaviais que serão industrializados por pequenos engenhos movidos a vapor, ou a tração animal, aparecem os "sítios de café", os pomares com variadas espécies de fruteiras e as lavouras de subsistência.

Na margem do rio São Francisco e nas ilhas formadas pelo grande rio, desenvolve-se uma faixa de lavouras de vazante que ocupam os trechos que foram cobertos pela inundação à proporção que o nível das águas vai baixando. Também nas últimas décadas a irrigação, feita a princípio com a elevação das águas por rodas d'água e, posteriormente, com bombas a óleo diesel e elétricas permite a existência de uma modesta área cultivada. Ao lado das fruteiras e dos velhos canaviais destinados à produção de rapadura e cachaça desenvolve-se largamente a cultura da cebola, destinada principalmente ao abastecimento do mercado das grandes cidades do Brasil Sudeste — Rio de Janeiro e São Paulo (Fotos n.º 7 e 8).



Foto n.º 7 — Aspecto de plantío de cebola, feito com irrigação na ilha de Assunção, no Rio São Francisco (em frente a cidade de Cabrobó). Foto M. C. Andrade



Foto n.º 8 — Após a colheita a cebola é empilhada, ao relento, a espera dos caminhões que a levarão a São Paulo e Rio de Janeiro. Foto M. C. Andrade

Fora destes trechos também as áreas irrigadas a juzante dos açudes são predominantemente agrícolas. Tudo o mais é o domínio da pecuária extensiva e da cultura do algodão, sobretudo da variedade Mocó, com o gado criado solto e migrando de uma região para outra conforme as estações. O gado bovino, descendente em sua maioria dos animais trazidos da Europa no período colonial e no início deste século cruzado com o Zebu, dá pouco leite e produz pouca carne, apresentando, porém, devido à sua rusticidade, invejável resistência às condições climáticas adversas. Devido à extensão das grandes áreas disponíveis, o Sertão apresenta as seguintes percentagens do rebanho pernambucano.

TABELA N.º IX

Relação entre a população animal do Sertão e de Pernambuco

Espécie	População Pecuária		Porcentagem (%)
	Sertão	Pernambuco	
Bovinos	449.366	1.067.656	42,0
Suínos	424.610	794.392	53,4
Ovinos	508.900	697.642	71,5
Caprinos	1.202.381	1.509.659	79,6
Equínos	76.600	238.710	32,1
Muare	71.141	190.210	37,4
Asininos	108.990	185.359	58,7

Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco.

Se compararmos a população das várias espécies animais com a humana, observaremos que há para cada 100 habitantes, 59 bovinos, 56 suínos, 64 ovinos, 152 caprinos, 9 equínos, 9 muare e 14 asininos. O rendimento deste rebanho não é dos mais elevados devido o caráter extensivo da pecuária e as condições do meio natural (Foto n.º 9). É comum se afirmar que "em lugar do homem criar o boi é o boi que cria o homem". Isto porque o gado é criado solto, cabendo a ele procurar o alimento, o que força às vezes, a fazer grandes caminhadas. Só aquelas áreas úmidas, melhores, e que são protegidas com cercas de arame, de varas, de ramos, de pedras ou de cactáceas, como o xique-xique ou o mandacaru, são utilizadas, queimadas, como ração para o gado. Em algumas áreas, sobretudo no município de Pedra, é cultivada largamente a palma (Foto n.º 10).

Os fazendeiros costumam plantar cereais, roça (mandioca ou macaxeira), mamona e algodão, por sua conta, pagando a assala-



Foto n.º 9 — Aspecto da caatinga sertaneja, onde o gado caminha as vezes léguas a procura de alimentos.

Foto M. C. Andrade



Foto n.º 10 — Cérca de varas e avelós, nas proximidades da pequena cidade de Jataúba,

Foto M. C. Andrade

riados, mas preferem dar a terra aos trabalhadores sem terra que a cultivam em regime de meação. O agricultor recebe a terra após as chuvas e planta o algodão, o milho, o feijão, a fava, etc e cerca o roçado a fim de que o gado não deprede as lavouras. Devido à grande população caprina, as cercas devem ser bem fechadas, sendo, ora de varas, formando verdadeira faxina, ora de espinhos — cactáceas —, ora de pedras. Recebida a terra cabe ao agricultor limpar o roçado, fazer o plantio, tratar das culturas e realizar a colheita se o ano for de chuvas regulares e houver produção. Desta produção o proprietário tem a "meia" — 50% —, além de geralmente adquirir por preço inferior ao do mercado a produção do agricultor sem terra, que foi por ele financiado, durante o ano e o "restólho" das culturas para alimentar o gado em um período do ano em que a sêca já eliminou as pastagens. Como não há crédito fácil fornecido por bancos, não há contratos de arrendamento escritos, conseqüentemente, garantias ao agricultor; a comercialização dos produtos está controlada pelos comerciantes que são também, quase sempre, proprietários. As condições de vida dos agricultores meeiros são das mais difíceis, das mais precárias.